

LEITE, Agnes Sophia¹

GOMES, Guilherme Bernadino²

SILVA, José Eduardo Rodrigues da³

NOGUEIRA, Karen Rafaela Felipe⁴

SALUSTIANO, Maicon Luis Dias⁵

RESUMO: O presente artigo analisa a atuação do grupo de estudos DREGS (Diversidade, Resistência, Educação, Gênero e Sexualidade) enquanto espaço de produção crítica de saberes dentro da universidade. Formado por estudantes do curso de História vinculados ao Programa de Educação Tutorial (PET), o grupo surge da necessidade de romper com currículos excludentes e silenciadores em relação às questões de gênero, sexualidade e raça. A partir de referenciais teóricos como o pós-estruturalismo, o feminismo negro e os estudos queer, o DREGS propõe práticas de resistência que desafiam as normas acadêmicas hegemônicas. Inspirado por autoras como Joan Scott, Judith Butler, Grada Kilomba e Michel Foucault, o grupo constrói um espaço de escuta, crítica e transformação, afirmando o direito à existência de corpos dissidentes e à reconfiguração dos territórios acadêmicos. Por meio de encontros, pesquisas, eventos e produções coletivas, o DREGS transforma o ambiente universitário em um território de disputa política, epistemológica e afetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologias Dissidentes; Estudos Queer; Decolonialidade; Universidade; Exclusão e Resistências.

¹ Voluntária PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: leitessagnes@gmail.com

² Voluntário PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: guigo.bernadino@gmail.com

³ Bolsista PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: jose_eduardo_silva@gmail.com

⁴ Bolsista PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: karen_nogueira@ufms.br

⁵ Egresso PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: maicon.luis@ufms.br

ABSTRACT: This article analyzes the work of the study group DREGS (Diversity, Resistance, Education, Gender, and Sexuality) as a space for the critical production of knowledge within the university. Composed of History students affiliated with the Tutorial Education Program (PET), the group emerged from the need to break away from exclusionary and silencing curriculum regarding issues of gender, sexuality, and race. Drawing on theoretical frameworks such as post-structuralism, Black feminism, and queer studies, DREGS proposes practices of resistance that challenge hegemonic academic norms. Inspired by authors such as Joan Scott, Judith Butler, Grada Kilomba, and Michel Foucault, the group fosters a space for listening, critique, and transformation, asserting the right to the existence of dissident bodies and the reconfiguration of academic territories. Through meetings, research, events, and collective productions, DREGS transforms the university environment into a site of political, epistemological, and affective struggle.

KEYWORDS: Dissident epistemologies; Queer studies; Decoloniality; University; Exclusion and Resistance.

INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial, em suas inúmeras ramificações dentro da construção dos cursos em que está inserido, tem como uma de suas principais funções analisar as bases sobre as quais o conhecimento está sendo construído. Ao fazer isso, revisita essas bases e incentiva os próprios petianos a refletirem sobre o cotidiano universitário e sobre como é possível construir conhecimento a partir desse lugar, por meio de atividades centradas no tripé ensino, pesquisa e extensão.

O grupo de estudo DREGS (Diversidade, Resistência, Educação, Gênero e Sexualidade) nasce dessa mesma lógica de conexões, partindo da compreensão de que o aprendizado e a formação profissional vão muito além da sala de aula. Eles acontecem nas conversas, no dia a dia e nas necessidades que surgem ao longo do tempo, mostrando que formar-se é também viver e pensar criticamente a universidade.

O grupo de estudo foi formado a partir da iniciativa de bolsistas do Programa de Educação Tutorial do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do sul, que ao não se verem plenamente representados em certas abordagens historiográficas, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, sentiram a necessidade de criar um espaço de debate mais inclusivo.

Joan Scott (1996) destaca que pensar o gênero como categoria de análise histórica permite revelar as estruturas de poder que organizam o saber e a memória social, algo que o DREGS procura colocar em prática ao construir um espaço de escuta, estudo e resistência. A proposta do grupo é trazer essas biografias e vivências marginalizadas para o centro da discussão acadêmica, buscando não apenas enriquecer o conhecimento coletivo, mas também contribuir com uma formação mais crítica à comunidade acadêmica como um todo. Tal proposta se justifica a partir da concepção filosófica petiana inserida no Manual de Orientações Básicas do PET cujo um de seus objetivos se constitui em “contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior - IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero” (MOB,2014).

Nesse sentido, o Programa de Educação Tutorial é como um organismo vivo, questiona, incentiva, transforma, melhora, cria e recria constantemente, provocar reflexão faz parte dessa sua metamorfose contínua, conecta-se com outras esferas do saber e das práticas acadêmicas, o que está presente na maioria dos nossos projetos.

O projeto é coordenado pela professora Patrícia Helena Milani, docente do curso de Geografia, essa troca proporcionou uma nova forma de pensar História e Geografia como áreas adjuntas, abrindo espaço para diálogos e construção de saberes interdisciplinares. Um dos principais elementos que desenvolvemos a partir dessas experiências foi a noção de “espaço de poder”, conceito que levamos tanto para os debates em sala quanto para os movimentos de produção de conhecimento.

O projeto foi satisfatório no ano de 2024 e continua ativo em 2025, com encontros quinzenais em que alunos de diferentes áreas se reúnem para debater temas latentes na área de gênero e sexualidade, colocando essas

questões como categorias centrais de análise histórica e social tirando-as dos rodapés do conhecimento e trazendo-as para o centro do debate acadêmico.

Juntos, os petianos estruturam, divulgam e fortalecem o projeto por meio das redes sociais, além de conectá-lo a eventos maiores, mostrando como pensar gênero e sexualidade é também uma forma de fazer História no cotidiano dos discentes e de propor novas formas de ensino.



Figura 1 - Acadêmicos discutindo em um encontro do DREGS

Fonte: PET História (2024)

Um exemplo dessa articulação foi a criação de um grupo de trabalho (GT) na Semana de História de 2024, com uma palestra coletiva sobre a produção de gênero e sexualidade dentro da universidade. Já em 2025, o grupo organiza um evento específico sobre gênero, financiado pela FUNDECT. O PET está presente e produzindo: tudo isso nasce do debate coletivo, da escuta e da construção conjunta entre estudantes engajados em transformar o espaço universitário.

PENSANDO A UNIVERSIDADE E CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE PODER

Inicialmente, ao compreender o currículo universitário como um espaço de poder, percebe-se a disputa entre diferentes elementos, em que o conteúdo abordado transmite normas explícitas.

Essa reflexão, ainda superficial, parte da percepção de estudantes que não se identificam completamente com o currículo apresentado, mas se fundamenta no pensamento de Michel Foucault (1987), que entende o poder como múltiplas estratégias que atravessam os espaços sociais, ligadas a relações de força; ou seja, o poder se exerce de forma implícita nos detalhes.

A partir dessa análise, o grupo DREGS foi concebido como um espaço que buscasse historiografias com abordagens mais plurais, especialmente para compreender os motivos pelos quais discentes LGBTQIA+ não se identificam completamente com currículo posto. O grupo baseia-se na ideia do equilíbrio entre o ser e o estar, como uma luta pela presença e pelo corpo na universidade, e como isso se relaciona com o exercício do poder e principalmente como isso pode ser refletido no que é aprendido na sala de aula.

Além disso, o DREGS se constitui enquanto uma comunidade para questionar essa estrutura, exercendo um poder conquistado e não simplesmente concedido, refletindo sobre essa conquista e seu enfrentamento pelo poder institucional.

Discutir esse espaço dentro do curso de História é falar sobre a própria formação da História enquanto ciência e as marcas que influenciam a produção historiográfica.

A História possui uma longa trajetória. Em seu processo de consolidação como campo científico, esteve inicialmente voltada principalmente para a economia e a política. O positivismo, corrente filosófica liderada por Auguste Comte, defendia a observação e a comprovação dos fatos como bases do conhecimento, rejeitando explicações baseadas na religião ou na especulação.

Essa abordagem foi aplicada à História principalmente a partir de Leopold Von Ranke, influenciando profundamente a produção historiográfica até hoje. Para esses autores, os métodos das ciências naturais: observação, experimentação, formulação de hipóteses, análise de dados, generalização, reprodutibilidade e controle de variáveis, deveriam ser usados também nas ciências sociais.

O século XX representou um marco com o surgimento da Escola dos Annales, criada por Marc Bloch, que propôs uma análise da História mais ampla e crítica, incluindo elementos além do político e econômico, mas tentando conceber a sua totalidade. Novos conceitos foram incorporados, como a longa duração, a História entendida como processo, a interdisciplinaridade com outras ciências humanas e uma reflexão mais profunda sobre o papel do historiador.

Ainda no século XX, surgiu um movimento de grande relevância para a inserção do gênero e da sexualidade como categorias de análise: o pós-estruturalismo, que se opõe à concepção estruturalista segundo a qual, por trás dos elementos sociais e culturais, existiriam estruturas universais.

Um dos principais pensadores a desenvolver essas ideias foi Michel Foucault, que afirma que “o homem é uma invenção recente. [...] E talvez esteja próximo do fim. Como a figura na areia da praia, que uma última onda apagará” (FOUCAULT, 1999, p. 398). Foucault critica a noção do ser humano como elemento universal e defende que as análises devem partir daquilo que não é imediatamente visível: o discurso. Isso implica investigar as relações de poder que se exercem de maneira difusa, por trás do tecido social. Esses elementos contribuem significativamente para o desenvolvimento de uma abordagem histórica que também contemple as questões relativas à sexualidade e ao gênero.

Nos anos de 1960 a 1970 principalmente através dos movimentos feministas, e a inserção de Historiadoras nas produções escritas, o gênero dentro da História, vai ter sua maior importância, nomes como Michelle Perrot na França, que vai ser grandemente influenciada pela Escola dos Annales e pela perspectiva da História vista de baixo, retirando o foco do macro e buscando uma análise do micro. E Joan Scott nos Estados Unidos, que vai ser

altamente influenciada pelo pós-estruturalismo, estas novas perspectivas de escrita vão estabelecer uma análise histórica a partir do cotidiano das mulheres.

Um dos maiores nomes da área de gênero e sexualidade na História do Brasil, Luiz Mott, buscou estruturar uma análise histórica do país a partir do sujeito excluído.

Os trabalhos dele [Peter Fry] sobre homossexualidade no Brasil pecam por uma falta de visão política (...) para [mim], assim como para milhões de gays e lésbicas, o ser homossexual implica numa existência distinta, não separada... uma alternativa a essa sociedade heterossexista. (MOTT apud SILVA, 1998, p. 469–470)

Nas obras de Mott é possível perceber que a sexualidade e gênero está cercado por um espaço de poder e relações políticas, outros autores tais como, Lilia Moritz Schwarcz e Sérgio Buarque de Holanda, que não são tão conhecidos especificamente por estes temas, resultado de uma elitização de elementos de estudo dentro da área de história e suas conexões com um sistema homofóbico, mais que contribuíram grandemente para debate.

Mary Del Priore fomentou uma estrutura de análise histórica a partir do íntimo e sua relação com o cotidiano feminino, assim como Ronaldo Vainfas que vai trabalhar muito sobre esta relação entre o público e o privado e como as estruturas sociais se formam a partir disso.

A inserção dos temas de gênero e sexualidade no âmbito acadêmico constitui um processo contínuo de luta e resistência. O exercício do poder, conforme analisado por Foucault, ainda que não explicitamente declarado, permeia as estruturas institucionais, e a universidade não se apresenta como exceção. Embora haja produção acadêmica sobre gênero e sexualidade, esses temas ainda carecem de destaque nas salas de aula e permanecem ausentes dos currículos oficiais, o que reflete o exercício explícito desse poder.

Cabe destacar a importância da Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas

as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental ao médio, estendendo-se também ao currículo universitário. Essa legislação representa um avanço fundamental em uma sociedade ainda marcada pelo racismo estrutural, especialmente para a formação de estudantes afrodescendentes, constituindo-se em uma importante ferramenta social.

Contudo, é necessário considerar que as análises sobre gênero, raça e sexualidade não podem ser dissociadas, pois a sociedade brasileira é atravessada simultaneamente pelo racismo e pela homofobia. Portanto, surge a necessidade de promover debates interdisciplinares e plurais, compreendendo o ensino como um espaço também de resistência e disputa simbólica. Nesse sentido, a Lei 11.645/08 exemplifica uma resistência ao poder institucionalizado e velado, que limita a presença de determinados corpos e identidades em espaços acadêmicos.

O grupo DREGS fundamenta-se nessa compreensão, partindo de uma reflexão crítica sobre a necessidade de transformação da academia. As normas e os cânones acadêmicos, especialmente no que tange às metodologias científicas, foram historicamente formulados por sujeitos brancos, heterossexuais e de classe privilegiada. Dessa forma, a entrada de corpos marginalizados na universidade implica, frequentemente, experiências de exclusão, uma vez que os padrões de escrita e produção do conhecimento não dialogam com suas vivências. O DREGS, portanto, representa uma forma de produzir ciência a partir das perspectivas dos grupos marginalizados, buscando desconstruir a sacralização dos métodos tradicionais e promover uma ciência mais plural e inclusiva.

UM BOSQUE EM MEIO AO CONCRETO: O GRUPO DE ESTUDO COMO UM LOCAL DE RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIA DENTRO DA UNIVERSIDADE

Para compreender a maneira com que o grupo de estudos DREGS age enquanto um espaço não só voltado ao debate crítico dos componentes textuais analisados, mas também enquanto um espaço que propicia um lugar comum de existência aos seus integrantes dentro do espaço institucionalizado da universidade, faz-se necessário entender o modo com que a universidade

se constitui enquanto um espaço regulado e regulador de seus indivíduos constituintes.

A universidade, entendida enquanto espaço e instituição inserida nas dinâmicas do tecido social e urbano, pode ser analisada à luz do mesmo arcabouço teórico que problematiza a estrutura da cidade, tendo em vista que, assim como essa, a universidade é uma instituição atravessada por inúmeras relações de saber e poder, cujas normas e práticas instituem modos específicos de existência e, conseqüentemente, de exclusão, uma vez que delimita os comportamentos, corpos e discursos considerados legítimos e mais adequados.

Nesse sentido, entendemos que a universidade não se configura enquanto um espaço neutro de disseminação e produção de conhecimento, e sim como um território normativo que regula o acesso, a permanência e a visibilidade de determinados sujeitos. De modo geral, a universidade, assim como o urbano, é estruturada sobre dispositivos que produzem centralidades e periferias, naturalizando as desigualdades e suprimindo modos alternativos de se ocupar esses espaços.

É importante ressaltar que o processo de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil através de políticas públicas no início da década passada, como o Prouni, o REUNI, e as políticas de cotas, possibilitaram a inclusão de uma maior diversidade de discentes dentro das universidades (RIBEIRO, MORAES, & KRUGER, 2019, p. 10). Contudo, é necessário ponderar que além de não haver meios efetivos de garantir a permanência desses discentes no ensino superior, também não houve uma iniciativa de fazer com que esse ambiente se adequasse às necessidades dessa nova parcela de estudantes. Como aponta Ribeiro (2016), a permanência estudantil não se resume ao suporte financeiro, mas envolve o reconhecimento da diversidade epistemológica e cultural trazida por esses sujeitos.

Entendemos que o ambiente universitário, desde sua estruturação, não foi de forma alguma pensado para esses indivíduos que desafiam e diferem à norma; assim sendo, a normatização dos modos de ser e estar dentro do

ambiente acadêmico resultam na violência contra esses que não se ajustam ao modelo dominante.

Como nos lembra Sara Ahmed (2022), quando corpos “não habituais” ocupam espaços para os quais não foram imaginados, eles tornam visível a política existente na constituição desse determinado espaço: quem pode estar ali, como e sob quais condições. Desse modo, a universidade também se torna um espaço de disputa e resistência, no qual a visibilização de sujeitos historicamente marginalizados desafia a homogeneização do campo universitário, tensionando as estruturas postas.

Diante dessa perspectiva, para além de questionar os fatores estruturais normatizadores existentes no âmbito da universidade, o DREGS se coloca como um local muito particular dentro dessa lógica. O grupo atua como um espaço de encontro, escuta e compartilhamento de experiências que são frequentemente ignoradas nas esferas institucionais. Por esse ponto de vista, o DREGS passa a compreender a universidade como um ambiente propício para transformações socioculturais, um território de disputa que pode, mesmo que paradoxalmente, abrigar esses processos de resistência e reinvenção. O grupo passa a se afirmar como um espaço onde se torna possível habitar a universidade sem a necessidade de adequação aos padrões que esta impõe.

Em contraste com a rigidez das estruturas excludentes do ambiente acadêmico, o DREGS configura-se metaforicamente como um bosque que traz possibilidades de abrigo, diversidade e coexistência. É dentro desse “bosque” que diferentes corpos, subjetividades e existências podem conviver sem a exigência de conformidade, produzindo conhecimento a partir da experiência, vulnerabilidade e escuta mútua. O bosque não é o oposto da universidade, mas uma fissura em seu concreto: um lugar onde a vida insiste em crescer por entre as rachaduras.

Na perspectiva do grupo, o enfrentamento a cisheteronormatividade é central, visto que a entendemos enquanto um dispositivo de adequação social (BUTLER, 2018) operando como um regime que impõe modelos fixos de identidade, desejo e expressão de gênero. O DREGS, ao tensionar esse dispositivo, propicia as condições necessárias para a emergência de

indivíduos que não apenas resistem, mas existem como potência. Como afirma Paul B. Preciado (2020, p. 53), desafiar os dispositivos normativos é também inventar novas formas para se habitar o mundo.

Portanto, o DREGS não somente ocupa a universidade, mas a reconfigura simbolicamente ao afirmar que existem múltiplas formas de estar, saber e de viver no espaço acadêmico. O grupo opera como uma contra-cartografia: uma prática coletiva de reinscrição do território universitário a partir da experiência de sujeitos dissidentes.

Como um bosque que resiste à expansão do concreto, o DREGS explicita como a existência plural e afetiva não é apenas possível, mas também necessária em uma realidade em que a omissão e o silenciamento ainda são utilizados enquanto ferramentas institucionais.

DO JARDIM DE WALKER ÀS MARGENS QUEER: AS CONTRIBUIÇÕES SOCIOTEÓRICAS DO GRUPO DE ESTUDOS AO MULHERISMO

A História enquanto campo do saber que estabelece a relação entre passado e presente nas relações humanas se configura evidentemente como um campo de disputas. Pensar a nossa relação com o mundo é uma tarefa desafiadora à medida em que a compreensão de nosso contexto social abre mais possibilidades para perguntas e novos problemas do que para respostas, pois vivemos em uma cultura hegemônica de dominação e anti-intimidade que se reproduz no âmbito político, social e cultural (HOOKS, 2005).

Entretanto, questionar o *status quo* torna possível a abertura de caminhos para a emancipação e o autoconhecimento que são de suma importância para nós enquanto petianos, e todo aquele que deseja ressignificar sua existência. São por esses caminhos, que o Programa de Educação Tutorial percorre para a consolidação de um espaço acadêmico mais humanizado e crítico e sempre articulado com a comunidade externa no desenvolvimento de suas atividades dentro do Tripé de pesquisa, ensino e extensão. Tais elementos trilham juntos uma jornada emancipadora dos saberes que buscaremos elucidar nas páginas deste artigo.

Nesse sentido, como abordado anteriormente o Grupo de Estudos DREGS está inserido dentro da filosofia petiana como uma ação que contribui

para uma percepção mais crítica de nossas relações sociais dentro e fora da Universidade, sobretudo, de nossas identidades e subjetividades a partir da construção de saberes emancipadores que desnaturalizam as desigualdades interseccionais de gênero, sexualidades, raça, classe e etnicidade nas quais o nosso país construiu socialmente.

De maneira análoga a isso, é de suma importância apreender que o Brasil historicamente estruturou suas bases sociais, políticas e culturais em processos avassaladores como a colonização europeia que culminou no sistema de escravidão da mão-de-obra africana e indígena. Foram quase quatro séculos de escravização destes povos, que no caso dos africanos foram retirados à força de seus territórios ancestrais, e no caso dos indígenas foram aprisionados em seus próprios territórios originários.

Tudo para que a força do trabalho desses homens e mulheres fossem explorados ao nível máximo nos engenhos, nos centros urbanos, nas mineradoras, nas casas dos senhores. O sistema escravista colonial segundo Novais (2007) surge a partir de uma lógica que visava o lucro sobre a exploração e comercialização do negro, visto que a lucratividade se movimentava pela intensa deslocação dos povos africanos com destino às terras Tupiniquins através do tráfico negreiro.

Como nos informa Silvia Lara (1988), por meio da violência no emprego de castigos físicos dos mais variados os senhores de escravizados(as) estruturam as relações de poder e os meios de controle social dentro da sociedade vigente. Nesse sentido, tais relações se constituem pela dinâmica das alianças e tensões cotidianas entre os escravizados e seus senhores e entre eles e outras instâncias sociais.

Em uma condição desumanizadora ressalva Oliveira (2018) que:

A subjugação dos africanos à condição de escravos produziu efeitos devastadores em suas subjetividades. Para além das mortes de africanos nos porões dos navios, nas rebeliões, nos castigos perpetrados pelos colonizadores, muitos africanos em condição de escravidão atentaram contra a própria vida. A retirada forçada de sua terra, de sua comunidade, de sua língua, de seus laços afetivos e a subsequente diáspora pelo mundo na condição de escravos tiveram efeitos de desterro e de perda de referências tão acentuados que a própria identidade e consciência corporal

entravam num processo de desintegração (OLIVEIRA, 2018, p.78).

Nesse sentido, a medida em que a repressão se estabelece a resistência de homens e mulheres negras nesse contexto também emerge em contrapartida ao sistema opressor como uma necessidade de sobrevivência diante da tentativa de apagamento étnico e cultural. A formação de quilombos, as fugas coletivas, as articulações de sociabilidade por meio das danças, ritos e religiosidades africanas configuram-se como algumas dentre as variadas formas de recuperação da ancestralidade africana, bem como do restabelecimento das identidades e senso de pertencimento e coletividade entre esses africanos.

Para compreender essas diásporas a historiadora Beatriz Nascimento utiliza os conceitos de “transmigração” e “transatlanticidade” que sugerem uma perspectiva central no entendimento das trajetórias negras estabelecidas a partir dessas novas formas de convívio social, de um continente ao outro, do cativeiro ao quilombo. Demarcando esses deslocamentos a autora estabelece vínculos significativos com a memória e cultura ancestral, delineando uma identidade coletiva que tem nos corpos e corpos negros sua maior evidência (RATTS, 2006). Corpos e corpos que tomaram de assalto porque cansaram de implorar os rumos e significados da própria história. Tomar de assalto nessa ocasião remete às reações históricas da negritude diante da opressão capitalista que marginaliza esses corpos.

Dentro desse contexto, as mulheres negras brasileiras exercem um papel essencial na reconstrução das identidades negras, e na luta pelas transformações sociais, tal protagonismo pode ser discutido a partir do conceito de mulherismo negro, ou feminismo negro - o que não significa que esse conceito seja uma camisa de força - mas é nossa opção como categoria analítica.

A década de 1970 foi elucidada pela perspectiva feminista, que constrói suas bases de sustentação para questionar a ordem e a forma como os corpos e papéis sociais das mulheres são configurados na sociedade. De modo a expressar como as vozes das mulheres negras coletivamente

constroem, afirmam e mantêm um ponto de vista auto definido e dinâmico, autoras estadunidenses como Audre Lorde, Angela Davis, Alice Walker entre outras destacam-se com perspectivas transgressoras acerca da feminilidade negra, abrindo espaço a um ponto de vista que responda a forma como as mulheres negras são representadas no discurso dominante.

Além disso, tais perspectivas trouxeram visibilidade e influenciaram até mesmo outros movimentos feministas de mulheres negras, como no caso do Brasil na década de 1980 que presenciava a reestruturação dos movimentos sociais e a luta pela redemocratização do país. No pensamento de mulheres como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Neuza Maria Pereira entre outras é que a militância negra, sobretudo, sob a perspectiva do gênero vai ganhando destaque em espaços onde a questão da mulher negra brasileira se encontrava marginalizada.

O conceito de mulherismo repleto de perspectivas e discussões lança-se como um subterfúgio teórico para as mulheres negras feministas que não se viam representadas dentro do discurso feminista universal das mulheres brancas. Walker no livro *In Search of Our Mothers Gardens* apresenta um sentido ao "mulherismo" que destaca-o como uma concepção útil como ponto de análise às opressões de gênero partindo de uma "uma filosofia invocada por sua metáfora do jardim, onde existe espaço para todas as flores florescerem de forma igual e diferente (COLLINS, 2017 p.6).

Tal análise torna-se necessária à medida em que ela compreende as divergências históricas e sociais de mulheres negras e brancas com o racismo americano. Com isso, A filosofia do nacionalismo negro argumenta que as pessoas brancas, como grupo, têm interesse em manter o sistema de supremacia branca. Por isso, geralmente veem pouca vantagem na integração ou na assimilação dos negros dentro de um sistema que os subjugou por tanto tempo. Essa abordagem também defende a ideia de que os negros têm uma superioridade moral devido ao sofrimento que enfrentaram. O termo "mulherismo", proposto por Walker, oferece às mulheres negras que atuam dentro dessas ideias do nacionalismo negro uma forma de articular, duas perspectivas que parecem diferentes: a luta

feminista e a valorização da identidade e dos interesses negros (COLLINS, 2017).

Conforme Stolcke (1991) a teoria feminista anteriormente concebia as mulheres como uma categoria social indiferenciada:

Em anos recentes, a insatisfação das mulheres negras com o que sentem como falta de sensibilidade das feministas brancas em relação às formas de opressão específicas àquelas acrescentou, contudo, uma nova questão à agenda feminista, ou seja, de que modo abordar a maneira como gênero, classe e raça se cruzam para criar não apenas fatores comuns, mas também diferenças na experiência das mulheres (STOLCKE, 1991, p.102).

Dentro desse ponto de análise surge a necessidade de formulações teóricas que deem conta das diferenças não no sentido de hierarquizar, mas de se preocupar com a forma como a diferença racial se relaciona com o gênero, entendendo como o racismo influencia a construção da nossa identidade e das nossas experiências de gênero, além de perceber como a classe social também é formada a partir dessas duas questões.

As contribuições do mulherismo negro sob conceituação de Alice Walker dão, nesse sentido, alguns aportes necessários para suprir algumas carências de orientação, salienta a autora que:

A definição de Walker consegue, assim, evocar três perspectivas filosóficas importantes, ainda que contraditórias, que enquadram o pensamento social e político negro, ou seja, o nacionalismo negro, com suas pretensões de superioridade moral e epistemológica das mulheres negras, via o sofrimento da opressão racial e de gênero; o pluralismo pela integridade cultural demonstrada pela metáfora do jardim; e a integração/assimilação, por meio de suas afirmações de que as mulheres negras são "tradicionalmente universalistas" (VAN DEBURG, 1992 *apud* COLLINS, 2017, p.9).

Destacam-se também os usos políticos do termo feminismo negro que conforme Collins desafia a branquitude presumida do feminismo e rompe com seu caráter universalizante. Portanto, a perspectiva do feminismo negro vem para reconhecer não só a existência, mas a atuação e o protagonismo de mulheres negras que atuam pelo fim da desigualdade de gênero,

compreendendo que o sistema patriarcal e capitalista necessita ser superado para que a igualdade de gênero possa ser uma realidade. Mas onde se encontra a questão das sexualidades? Como pensar o gênero fora da heteronormatividade? Essas são algumas questões que pretendemos dialogar a seguir.

Partindo do locus paradoxal, movimento negro e mulherismo/feminismo negro, as reflexões tensionadas no grupo de estudos a partir da participação ativa de identidades pretas femininas, sejam elas queer ou não, revelam a constituição de uma

2ª ou até 3ª diáspora (VEIGA, 2018). Como já, supracitado o grupo de estudos, surge com necessidade de romper com as barreiras curriculares e extracurriculares brancas e cishéteronormativas da academia, aqui uma trincheira de decolonização do saber, onde sujeitos pretos, brancos, cis e queer desafiam coletivamente as normas acadêmicas brancas e heterocentradas.

Sob a perspectiva deste tópico, as inquietações na parcela preta feminina levaram a construção destas reflexões, a necessidade aqui de se decolonizar as sexualidades e os gêneros, a partir das reflexões tensionadas pelo grupo, se constituem enquanto necessidades antirracistas, ainda que não sejam tidas como.

Parte do problema se relaciona com uma presença quase absoluta de homens cis heterossexuais à frente das principais organizações que lutam pelos direitos da população negra. Suas demandas gravitam em torno da realidade que vivenciam, reforçando inclusive alguns estereótipos, como por exemplo aquele que naturaliza a ideia de que “a negritude se constitui através da normalização do negro heterossexual, representado pela emblemática virilidade de sua força física, agressividade, violência, grande apetite sexual e pênis potente”. Nessa lógica a travestilidade e/ou a transexualidade seria algo totalmente desconectado da negritude. Seus corpos, suas identidades, suas subjetividades não teriam lugar dentro do Movimento Social de Negras e Negros pois estariam relacionados a todo tipo de existência “cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importantes (OLIVEIRA, 2018, p. 172).

Compreendendo, este movimento investigado por Oliveira, em seu enfoque trans, mas que também se aplica ao queer e o muherismos/feminismo negro. Iluminando de que maneira o movimento negro, em parte, se estagnou na misoginia e na lgbtfóbia estrutural. Portanto, como aponta Grada Kilomba (2019), apesar de pretos e pretas vivenciarem a desumanização semelhante dentro desta conjuntura colonial, compreendo que tais precariedades infelizmente são insuficientes para a construção de pactos. Reincide, então, a abordagem decolonial aqui proposta, não como abstração teórica, mas como prática insurgente do grupo de estudos. Se Oliveira expõe a fratura entre negritude e dissidência de gênero, nosso espaço acadêmico-militante converte-se em laboratório de reparação. Onde as identidades pretas femininas, podem se descolonizar da cisheteronormatividade.

Na escuta ativa das vozes pretas femininas, durante os encontros periódicos do grupo, questões como a lesbofobia articulada dentro do movimento negro em prol de suprir demandas brancas "heterossexualidade compulsória como projeto de embranquecimento" (RIBEIRO, 2017), analisando este movimento de repressão, de identidades pretas femininas, dentro do próprio movimento negro evidenciam o quanto as demandas, branca e cisheteronormativas, da colonização ainda se fazem vivas nos dias atuais. A lesbofobia racializada é *continuum* da lógica colonial: identidades pretas femininas queer são vistas como "úteros em greve", traindo o mandato reprodutivo da Casa Grande. Não reconhecer este instrumento - que atua nas sombras do inconsciente coletivo - é perpetuar a lógica do colonizador, que exige que o colonizado reproduza seus próprios mecanismos de opressão. Partindo das reflexões de Kilomba (2019), é evidente que esta repressão não é acidental, é um projeto político que transforma corpos pretos em arquivos vivos da violência colonial. A heterossexualidade compulsória é a "senzala psíquica" (Kilomba, 2019) onde a negritude dissidente é torturada até calar.

O que é útero preto senão a primeira senzala? (Vergueiro, 2016). Tensionando, no grupo reflexões socioestruturais, que permeiam a sobrevivência¹ de identidades pretas transfemininas, trazemos aqui a

¹ "[...] sou travesti negra e gorda, viver até os 35 anos é fissurar o horizonte da necropolítica." (Nascimento, 2020, p. 13).

reflexão decolonial, mulheres pretas cis sequestradas e trazidas até a colônia, eram tidas como instrumento de reprodução de mão de obra, estrupadas deliberadamente, para que assim cumprissem seu papel, a escravização transformou o útero preto em fábrica de propriedade humana. Estupros sistemáticos não eram “acaso”, mas estratégia econômica para gerar novos escravizados sem custo. O seu útero saudável constituiria sua diáspora previamente a sua chegada a colônia. Como explorado na articulação da lesbofobia, contra identidades pretas femininas, aqui também se elucida essa preocupação de interesses coloniais no corpo das identidades pretas femininas, que ainda nos dias atuais se materializa de maneira predatória. Segundo o Estudo Atlas da Violência do (IPEA) 2023, identidades pretas, cis, femininas têm 37% mais probabilidade de sofrer esterilização forçada que brancas, e 92% das denúncias de violência obstétrica no SUS envolvem pacientes pretas. O Brasil ainda trata úteros pretos como territórios coloniais, seja negando hormônios a trans pretas, seja esterilizando mulheres pretas cis. Aqui entramos na discussão basal, identidades pretas transfemininas, são cotidianamente atravessadas por este interesse colonial, da mulher preta com útero, negando assim a existência das mulheres pretas trans.

Os movimentos sociais de negros e negras, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, produzem um silêncio abissal sobre as violências sofridas pela população de travestis e transsexuais negras e negros. (NASCIMENTO, 2020, p.16).

Assim, o útero preto permanece território colonial - ontem senzala biopolítica para produção de escravizados, hoje campo de batalha onde violências obstétricas e a negação de hormonização a identidades pretas transfemininas reatualizam a lógica do controle reprodutivo (VERGUEIRO, 2016; IPEA, 2023). Essa continuidade histórica expõe o projeto racista de aniquilação da autonomia corporal preta, sustentado tanto pelo silêncio cúmplice de movimentos negros hegemônicos (NASCIMENTO, 2020) quanto pela medicalização cisheteronormativa. Romper esse ciclo exige reconhecer:

decolonizar o gênero é desmontar a casa-grande que habita nossos úteros, nossas políticas e nossos movimentos.

Do jardim de Walker às margens queer revela que a reinvenção do mulherismo como projeto libertador exige romper com a cisheteronormatividade colonial, transformando a "3ª diáspora" (VEIGA, 2018) num espaço de reterritorialização política onde identidades pretas femininas deixam de ser "identidades errantes" (NASCIMENTO, 2020) para se tornarem faróis epistêmicos, úteros cessam sua função de senzalas biopolíticas (VERGUEIRO, 2016) para se converterem em arquivos vivos de resistência, e o movimento negro confronta seu pacto com a Casa Grande heterossexual, reconhecendo que a libertação racial é indissociável da decolonização do gênero. Nesta travessia gestada no grupo de estudos – alquimia que converte a dor da diáspora original em poder coletivo – identidades pretas femininas sejam elas cis, trans e queer tecem, como propõe Kilomba (2019), uma nova gramática da existência preta: uma floresta intelectual que transcende os limites do jardim de Walker para ecoar o legado de Dandara, Xica Manicongo, Marielle e todas as “monstras sagradas” silenciadas pela história, desafiando a academia, movimentos sociais e políticas públicas a compreenderem que a verdadeira medida da libertação é o direito de toda identidade preta feminina existir em sua complexidade dissidente, sem pedir licença.

**“CES ADORA MATAR AS GAYS, MAS CHAMA OS PARÇA DE VIADO”:
DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS DE SER GAY E NEGRO NA UNIVERSIDADE**

“Tem que acreditar

Desde cedo a mãe da gente fala
assim: filho, por você ser preto, você
tem que ser duas vezes melhor. Aí
passado alguns anos eu pensei: como
fazer duas vezes melhor, se você está
pelo menos cem vezes atrasado...

Pela escravidão, pelo preconceito,
pela história, pelos traumas, pelas

psicoses, por tudo que aconteceu?
Ser duas vezes melhor como? Você é o
melhor ou é o pior de uma vez.
Sempre foi assim. Se você vai
escolher o que estiver mais perto de
você ou o que estiver dentro da sua
realidade, você vai ser duas vezes
melhor como? Quem inventou isso aí?
Quem foi o pilantra que inventou isso
aí?"

RACIONAIS MC's – A vida é Desafio

O D.R.E.G.S (Diversidade, Resistência, Educação, Gênero e Sexualidades) surge no interior do identitarismo de jovens negros e gays universitários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas[2], que sempre foram questionados em suas vidas acerca de suas sexualidades e identidades de gênero. Entretanto, ao adentrar ao espaço acadêmico, estas identidades pareceram não serem importantes, tornaram-se, de repente, invisíveis; o que é contraditório, viver em um país onde o racismo e a homofobia são estruturais e estruturam a sociedade brasileira. Segundo o jornal "O Globo", a violência contra a população LGBTQIAPN+ cresceu mais de 1.000% na última década².

Desse modo, ser LGBTQIAPN+ é constantemente lutar pelo direito de existir. E quando a comunidade: lésbica, gay, bissexual, trans, queer e etc. chega à universidade é um ato de (re)existência. Assim, estes jovens do curso de História da *****, passaram a questionar as questões de gênero, e especial a questão queer no currículo de História, nos espaços da universidade. Ora, estamos na universidade, estamos nesse espaço reproduzindo experiência e produzindo ciência, porém, onde estamos no

² [2]<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/05/13/violencia-contrapopulacao-lgbt-cresceu-mais-de-1000percent-na-ultima-decada-mostra-atlas-da-violencia.gh.html> .

curso da História? Este sempre foi o principal questionamento: onde estamos na história da humanidade?

Ao longo do curso de História, pudemos presenciar a presença de diversos eixos identitários: gênero, raça e classe; a figura feminina na história, e história do negro e da classe trabalhadora. No entanto, pouco (ou nada) se é mencionado acerca de questões sobre a sexualidade, isto reforça uma certa insignificância desse eixo identitário no curso da história ao mesmo tempo em que fortalece um aprendizado cis-heteronormativo. Junqueira disserta acerca da problemática de uma escola heteronormativa, mas nada se difere da universidade neste sentido:

A escola é um espaço obstinado na produção, reprodução e atualização dos parâmetros da heteronormatividade – um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão (WARNER, 1993). Um arsenal que regula não apenas a sexualidade, mas também o gênero. As disposições heteronormativas voltam-se a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexogênero-sexualidade: a centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero, as quais, fundamentadas na ideologia do “dimorfismo sexual”, 7 agem como estruturadoras de relações sociais e produtoras de subjetividades (BUTLER, 2003). A heteronormatividade está na ordem das coisas e no cerne das concepções curriculares; e a escola se mostra como instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia do êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos/as. (JUNQUEIRA, 2012, p. 66).

Na disciplina de História da América Portuguesa I e II, vimos muitas vezes o trabalho escravo feminino, a relação entre as senhoras e as escravizadas, a relação entre o senhor (branco) e o escravo (negro), a relação entre os escravizados e todo cotidiano no contexto desumano da escravidão. Todavia nada se é estudado acerca das relações entre os sodomitas³ e os colonos, e as relações de poder que os envolviam. Podemos encontrar

³ No Brasil colonial, a Santa Inquisição denominava os homossexuais (como compreendemos hoje) de sodomitas, baseado no mito cristão de Sodoma e Gomorra, as cidades dos pecadores.

práticas sodomíticas durante o período colonial brasileiro, apesar da carência de fontes sobre esse tema, sabe-se que esse período foi marcado, principalmente, não apenas pela violência contra os escravos, mas também, aos sodomitas. É importante compreender que não houve, de fato, uma Inquisição no Brasil.

Baseando-se na obra de Ligia Bellini (1989), observa-se que, no final do séc. XVI, o Tribunal de Santo Ofício, era uma espécie de visitação, que tinha como função, punir quem desviasse da duvidosa, moralidade religiosa. Dessa forma, os escravizados não eram perseguidos e violentados por uma questão estritamente racial. Os colonos, inclusive, eram os principais alvos da Inquisição, como exposto Mott (1988), por dois motivos. O primeiro, é que eles eram mais visíveis socialmente. O segundo, está diretamente ligado ao primeiro, pois, os bens dos sodomitas revertiam-se, uma parte para os delatores e outras, para a Coroa, logo, eles eram “presas” mais interessantes para o Tribunal. Havia as relações sodomíticas inter-raciais, envolvendo os escravizados negros e indígenas e os colonos. Apesar disso, dessas relações de poder que fizeram parte do contexto colonial brasileiro, nada se é abordado; e o sentimento que floresce para nós LGBTQs é sempre o mesmo: não somos importantes e nem necessários para o movimento da história.

Neste tópico realizaremos uma análise das experiências sobre ser gay e negro na universidade. Portanto, adotaremos o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica:

Pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem. (KYRILLOS, 2020, p. 1).

Assim a interseccionalidade pode ser entendida como um conceito prático de existências das experiências dos sujeitos: “a interseccionalidade é uma ferramenta fundamental para analisar como as opressões se cruzam e se reforçam mutuamente...” (GONZÁLEZ, 1988, p. 12).

Vivemos em um país que foi constituído sob ideias patriarcais, racistas e homofóbicas advindas de um “outro povo” e de um “outro” tempo. Assim, a nossa sociedade se padronizou em sistema homem-cis-branco-hetero, e dessa forma, a mulher, a transgeneridade, o negro e o gay foram inviabilizadas (os) e violentadas (os).

A saída forçada da África e a vida num país contra o negro, corroborou para a perda de nossa identidade (Veiga, p. 78). O jovem negro, ao se deparar com uma sociedade supremacista branca que estabelece padrões, de beleza, de vestir, de ouvir, de falar e de ser, perde a sua autoestima, ao associar sua cor, seu cabelo, seus traços físicos ao ridículo; ao considerar sua religião demonizada, considerar suas vestes “brega” e o seu som “criminoso”, se distancia da sua própria história e se aproxima de um padrão institucionalizado ao qual ele é excluído.

Desse modo, Veiga disserta sobre o conceito de “afeto-diáspora”, que é o sentimento de não pertencimento, a sensação contínua e inacabada de não se sentir em casa, mesmo nós vivenciando aqui há mais de 500 anos (p. 80). Em vista disso, Veiga afirma que:

A colonização nos afastou dos sentidos africanos de vida e de humanidade, relegando-nos ao modo de viver e de pensar do colonizador. Certamente que a resistência africana no período escravocrata e na contemporaneidade é condição de possibilidade para a manutenção dos sentidos culturais de África, ainda que um embate permanente entre a cultura de nossos povos originários e a cultura europeia-colonizadora se dê tanto no plano político quanto no plano subjetivo. (VEIGA, 2018, p. 79-80).

Em decorrência de existirmos em uma sociedade que é estruturada pelo racismo, experimentamos o não pertencer a este ou àquele lugar. No quesito educação, este sentimento fica evidenciado. A evasão escolar é maior entre os negros⁴ e este dado se estende ao ensino superior⁵. Veja que embora sejamos maioria no país, ainda estamos às margens do mesmo. Ser negro

⁴ <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/abandono-escolar-e-maior-entre-negros-diz-levantamento-do-ibge/>.

⁵ <https://causaoperaria.org.br/2023/o-que-significa-a-evasao-de-negros-e-pobres-das-universidades/#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%20sobre%20a%C3%A7%C3%A3o,%2C%20ou%20seja%2C%2018%25>.

no Brasil é um ato político de luta; e estar na universidade é um ato público de vitória; não somos partes dos 72,5% dos negros que foram evadidos do ambiente escolar.

É um desafio constante ser negro no Brasil e nas universidades, embora haja políticas públicas de acesso e permanência dessas pessoas no ensino superior, ainda não é suficiente. Contudo, quando se é gay e negro, o ato de existir, passa de uma simples luta e passa a ser um afronte as comunidades: branca, hetera, religiosa e, talvez chocante, negra.

O homem negro rejeitado pelos padrões brancos, buscou possibilidades de autopreservação. Para isto, incorporou códigos morais e comportamentais do branco colonizador (Veiga, 2012, p. 80). Neste sentido, o homem negro tornou o tipo “ideal” de homem: másculo, forte, viril, ‘macho-beta’. À vista disso, as mulheres negras e os homossexuais, por irem na contramão dessa masculinidade negra imposta (e tóxica), foram rejeitados.

Deste modo, ser negro e gay é ser rejeitados duas vezes. Agora pelo seu próprio quilombo.

Um impasse é colocado frente às bixas pretas: negar a própria sexualidade e aderir à masculinidade héteronormativa, para se proteger e preservar o amor de seus pares ou para afirmar a própria sexualidade e ficar desprotegido, correndo o risco de não ser aceito em seu próprio espaço familiar de pertencimento”. (VEIGA, 2012, p.81-82).

Consequentemente, a interseccionalidade das identidades gay e negra na universidade nos revela a complexidade das dinâmicas de poder e privilégio, onde a performatividade da masculinidade negra é constantemente considerada pela necessidade de conformar-se às expectativas da branquitude e da heteronormatividade.

Em decorrência disto, argumentamos em um encontro do DREGS, que nós LGBTs e negros, muitas vezes reconhecemos o movimento negro como legítimo e essencial para as lutas no enfrentamento ao racismo, entretanto ele é insuficiente quando buscamos ressaltar as sexualidades e identidades de gênero de pessoas negras. Como resultado, acabamos nos

distanciamos do movimento negro por haver uma exclusão a pessoas que fogem de um padrão cis-heteronormativo.

Somos rejeitados pela sociedade, e somos rejeitados pelo nosso quilombo. Onde é o nosso lugar? É na universidade que vemos, ainda que pequena, uma possibilidade de existir e de ser. É no questionar, é no fazer ciência, é através da produção científica que encontramos um fio de esperança para nós nos “sentirmos em casa”.

A experiência de ser gay e negro na universidade é um paradoxo ontológico, onde a busca por conhecimento e empoderamento é constantemente tensionada pela necessidade de negociar a visibilidade e a invisibilidade em um espaço que historicamente foi projetado para excluir e marginalizar corpos que não se encaixam nos padrões normativos de raça e sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DREGS é um grupo de estudos formado por alunas e alunos do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, em colaboração com os cursos de Geografia e Letras. O DREGS nasceu do sentimento de parecer que nós, LGBTQI+, estamos no vácuo, apenas estando ali e não sendo vistos. Nasceu do questionamento, da não aceitação, e principalmente, da lembrança constante que existimos e fazemos ciência.

O DREGS, embora em seu princípio enquanto grupo de estudos, ele há de se tornar um grupo de apoio, um local na universidade que as pessoas que não se enquadram num sistema cis-hetero possam estar, possam ser e possam existir.

Pois, ser gay e negro na universidade é uma experiência de dupla marginalização, onde a discriminação racial e a homofobia se cruzam e se reforçam mutuamente, criando um ambiente hostil que afeta a saúde mental e o bem-estar dos estudantes. Considerando isso, o negro é enquadrado em uma marginalização, enquanto o “ser gay”, é a marginalização inserida na periferia da marginalização. A ausência de representação e inclusão de estudantes gays negros nas universidades perpetua uma sensação de

isolamento e invisibilidade, colaborando para um sentimento de “não pertencer”.

Portanto, a universidade, enquanto um espaço de formação, deve ser um lugar de acolhimento e apoio para todas e todos os estudantes. No entanto, a realidade é que muitos estudantes que não estão em um sistema de cis-heteronormatividade ainda sofrem com as vivências dentro da universidade, o que resulta em desistência e evasão.

Nesse sentido, o PET tem feito a sua parte na luta pela construção coletiva de uma sociedade que fuja de padrões pré-estabelecidos que não condizem com a nossa história, necessidade e realidade. Esses padrões precisam ser plurais e contemplar a diversidade; racial e de gênero.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso**. Cadernos pagu, p. e175118, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GONZÁLES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

HOOKS, Bell. Alisando nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y artista de Cuba**, [S.l.], jan.-fev., 2005. p. 1-8

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Educação Online**, n. 10, p. 64-83, 2012.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, p. e56509, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Minuta do Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial - PET. Disponível em: <https://cenapet.files.wordpress.com/2014/10/minuta-mob-09-12-14.pdf>

MOTT, Luiz. **O corpo, a homossexualidade e o poder: análises sobre a história social da homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NASCIMENTO, L. C. P. **EU NÃO VOU MORRER: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia**. Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21581, 2020. DOI: 10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21581. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21581>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NOVAIS, Fernando A. **A colonização como sistema: Estrutura dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

OLIVEIRA, Megg Rayara G. **Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros**. Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 167-179, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensaoficial, 2006.

RIBEIRO, Cristine Jaques; DE FREITAS MORAES, Camila; MEDEIROS KRUGER, Nino Rafael. **A UNIVERSIDADE E OS CORPOS INVISIBILIZADOS: PARA SE PENSAR O CORPO LGBT.** Diversidade e Educação, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 357–372, 2020. DOI: 10.14295/de.v7i2.9305. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9305>. Acesso em: 11 jun. 2025.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: VELHO, Gilberto (Org.). **Os sentidos do gênero.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 28-50.

STOLCKE, Verena. **Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade.** Estudos Afro-Asiáticos, v. 20, n. 106, p. 101-119, 1991.

VEIGA, L. **As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil.** Tabuleiro de Letras, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 77–88, 2018. DOI: 10.35499/tl.v12i1.5176. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5176>. Acesso em: 2 jun. 2025.

VERGUEIRO, V. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial.** In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>. Acesso em: 10 jun. 2025.